



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

28/02/2012

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. TRIBUNAL DO JÚRI.....	1 - 2
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. TRIBUNAL DO JÚRI.....	3
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. AVISO.....	4
3.2. CÂMARA CRIMINAL DE JUSTIÇA.....	5
3.3. JUIZADO MÓVEL DE TRÂNSITO.....	6
3.4. TRIBUNAL DO JÚRI.....	7
3.5. VARA DE EXECUÇÕES PENAIS.....	8
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. CONCURSO.....	9
4.2. DESEMBARGADORES.....	10 - 11
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. JULGAMENTOS.....	12 - 13
5.2. PRESIDENTE.....	14 - 15
5.3. TRIBUNAL DO JÚRI.....	16

Vara de Execuções Criminais de Imperatriz agenda 52 julgamentos

A juíza Samira Barros Heluy, titular da Vara de Execuções Penais de Imperatriz, agendou três reuniões ordinárias do Tribunal do Júri Popular e um mutirão do Tribunal do Júri, totalizando 52 julgamentos. **PÁGINA 3**

Vara de Execuções Criminais de Imperatriz agenda 52 julgamentos

A juíza Samira Barros Heluy, titular da Vara de Execuções Penais de Imperatriz, agendou três reuniões ordinárias do Tribunal do Júri Popular e um mutirão do Tribunal do Júri, totalizando 52 julgamentos. As reuniões ordinárias acontecerão durante os meses de fevereiro, com o primeiro julgamento ocorrendo nesta terça-feira (28), março e abril. Já em maio, ocorre o 1º Mutirão do Tribunal do Júri popular.

Durante as sessões ordinárias, serão realizados 27 julgamentos, nas cidades de Imperatriz e Davinópolis. Destaque para os julgamentos dos dias 6 e 13 de março, que envolvem alguns acusados da morte de Renato Moreira, assassinado em 1993, quando era prefeito de Imperatriz.

Já a pauta do 1º Mutirão do Tribunal do Júri Popular da Comarca de Imperatriz prevê a realização de 25 sessões de julgamento, no período de

21 a 25 de maio.

Para este mutirão, a juíza solicitou junto à Corregedoria Geral da Justiça a designação de dois servidores para auxiliar nos trabalhos no período de 30 de abril e 4 de maio, na realização dos atos preparatórios do mencionado mutirão, bem como no período de 11 a 15 de junho, para a realização dos atos posteriores ao trânsito em julgado das decisões proferidas no mutirão, a fim de que as atividades da secretaria, no tocante à execução penal, não sofram prejuízo.

Durante a semana do mutirão, serão realizadas cinco sessões diárias. Por isso, a juíza solicitou, também, a designação de alguns juízes para auxiliá-la. Entre os quais, Ernesto Guimarães (3ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz), Delvan Tavares do Nascimento (Vara da Infância e Juventude da Comarca de Imperatriz), Flávio Roberto

Ribeiro Soares (1ª Vara da Comarca de João Lisboa) e Marcelo Testa (Vara única da Comarca Senador La Roque), que já manifestaram interesse em participar do evento.

Também foram solicitados quatro oficiais de justiça para atuar nos locais de julgamento. No que diz respeito aos locais de realização das sessões, o Poder Judiciário contará com o apoio da Facimp (Faculdade de Imperatriz) e Fest (Faculdade de Educação Santa Terezinha), que já disponibilizaram amplas salas.

No último mutirão do Tribunal do Júri Popular realizado em Imperatriz, em 2011, apenas cinco sessões deixaram de ser realizado em virtude da ausência de representante do Ministério Público, apesar do órgão ter sido previamente comunicado sobre o evento.

Há, atualmente, na Secretaria da Vara das Execuções Penais da Comarca de Imperatriz, 67 processos de com-

petência do Tribunal do Júri Popular, almejando-se submeter ao julgamento, no primeiro semestre deste ano, 60 processos. Dos sete processos restantes, quatro estão suspensos, por força de instauração de incidente de insanidade mental do réu, ficando apenas três processos aguardando inclusão na pauta do 2º semestre deste ano.

DOCUMENTOS PERDIDOS - O jornalista Handson Lemos Chagas, que trabalha na Secretaria de Comunicação do Governo do Estado (Secom), comunica que perdeu, no último domingo, na feira do João Paulo, sua carteira portacédulas contendo todos os documentos pessoais, como RG, CPF, Identidade da Federação dos Jornalistas Profissionais e cartões de crédito. Pede quem tenha encontrado, entrar em contato com a redação deste matutino ou pelo telefone 9619-8738, que será bem gratificado.

IMPERATRIZ

Vara de Execuções Criminais agenda 52 julgamentos até maio

A juíza Samira Barros Heluy, titular da Vara de Execuções Penais de Imperatriz, agendou três reuniões ordinárias do Tribunal do Júri Popular e um mutirão do Tribunal do Júri, totalizando 52 julgamentos. As reuniões ordinárias durante os meses de fevereiro, com o primeiro julgamento nesta terça-feira (28), março e abril. No mês de maio, ocorre o 1º Mutirão do Tribunal do Júri popular.

Durante as sessões ordinárias, serão realizados 27 julgamentos, nas cidades de Imperatriz e Davinópolis. Destaque para os julgamentos dos dias 6 e 13 de março, que envolvem alguns acusados da morte de Renato Moreira, assassinado em 1993, quan-

do era prefeito de Imperatriz.

Já a pauta do 1º Mutirão do Tribunal do Júri Popular da Comarca de Imperatriz prevê a realização de 25 sessões de julgamento, no período de 21 a 25 de maio.

Para este mutirão, a juíza solicitou junto à Corregedoria Geral da Justiça a designação de dois servidores para auxiliar nos trabalhos no período de 30 de abril e 4 de maio, na realização dos atos preparatórios do mencionado mutirão, bem como no período de 11 a 15 de junho, para a realização dos atos posteriores ao trânsito em julgado das decisões proferidas no mutirão, a fim de que as atividades da secretaria, no tocante à execução penal, não

sofram prejuízo.

Durante a semana do mutirão, serão realizadas cinco sessões diárias. Por isso, a juíza solicitou, também, a designação de alguns juizes para auxiliá-la. Entre os quais, Ernesto Guimarães (3ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz), Delvan Tavares do Nascimento (Vara da Infância e Juventude da Comarca de Imperatriz), Flávio Roberto Ribeiro Soares (1ª Vara da Comarca de João Lisboa) e Marcelo Testa (Vara única da Comarca Senador La Roque), que já manifestaram interesse em participar do evento.

Também foram solicitados quatro oficiais de justiça para atuar nos locais de julgamento. No que diz respeito aos

locais de realização das sessões, o Poder Judiciário contará com o apoio da Facimp (Faculdade de Imperatriz) e Fest (Faculdade de Educação Santa Terezinha), que já disponibilizaram amplas salas.

Há, atualmente, na Secretaria da Vara das Execuções Penais da Comarca de Imperatriz, 67 processos de competência do Tribunal do Júri Popular, almejando-se submeter ao julgamento, no primeiro semestre deste ano, 60 processos. Dos sete processos restantes, quatro estão suspensos, por força de instauração de incidente de insanidade mental do réu, ficando apenas três processos aguardando inclusão na pauta do 2º semestre deste ano.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2012
Processo nº. 25.165/2011

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna pública a **SUSPENSÃO** do **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 02/2012, referente à Aquisição de bens permanentes**, para adequações no Edital e Termo de Referência. Neste sentido, a abertura das propostas definida para o dia **06.03.2011, às 10:00h** (Horário de Brasília), está cancelada, ficando para momento ulterior a definição de nova data, com a conseqüente, publicação do aviso.

São Luís, 27 de fevereiro de 2012.

JOANNE DIAS CUNHA
Pregoeira Oficial TJ/MA

TJ nega pedido de revisão de PM condenado

Defesa de tenente acusado de crime de tortura em Dom Pedro pretendia anular a pena de reclusão e a perda do cargo

Por maioria de votos, os desembargadores das Câmaras Criminais Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) julgaram improcedente o pedido de revisão criminal feito em favor de Atevaldo Pinheiro Rodrigues, na sessão de sexta-feira, 24. Ele foi condenado pela Justiça de 1º grau a 4 anos e um mês de reclusão, além da perda do cargo de tenente da Polícia Militar, pelos crimes de tortura e abuso de autoridade contra Francisco Robério Alves de Oliveira, em julho de 2002, no município de Dom Pedro.

Segundo a denúncia feita à época pelo Ministério Público estadual, o então tenente Rodrigues e o soldado Wellington da Silva teriam invadido a casa de Francisco, por volta da meia-noite, e agredido a vítima, indagando-lhe quem era o autor de um disparo que atingiu o irmão do tenente, de nome Hudson. A denúncia narra ainda que Francisco teria sido algemado, levado para o quartel e espancado com socos e pauladas por todo o corpo, além de ter um revólver engatilhado em sua boca. Levado para a delegacia de polícia, ele permaneceu lá até as 8h, quando fora liberado por determinação do delegado.

No pedido de revisão, a defesa do ex-militar sustentou haver prova nova, que seria uma justificação judicial feita pela vítima, na qual Francisco nega ter sido

espancado pelos réus, mas sim por outras pessoas, em razão de desentendimento pessoal, depoimento este que, à época dos fatos, teria sido feito pela mãe da vítima em ocorrência policial. A defesa ainda alegou que o laudo pericial teria concluído que não houve arrombamento na entrada da casa da vítima.

Vistas - Na sessão passada, o desembargador Raimundo Melo (relator) julgou procedente a revisão criminal, tendo sido acompanhado pelos desembargadores Bernardo Rodrigues (revisor) e Cleonice Freire. O desembargador Benedito Belo votou pela improcedência, enquanto os desembargadores Joaquim Figueiredo, Raimundo Nonato de Souza e José Luiz Almeida pediram mais tempo (pedido de vista) para analisar o processo.

O parecer assinado pelo procurador de Justiça Suvamy Vivekananda Meireles, confirmado na sessão de sexta-feira pelo seu colega José Argolo Coelho, foi pela improcedência. O parecer considera frágeis os depoimentos prestados pela vítima, por não conseguir justificar, de maneira plausível, o fato de ter se silenciado por tanto tempo acerca dos fatos.

Em seu voto-vista, Joaquim Figueiredo afirmou que a vítima já havia sido ouvida em juízo, não havendo, pois, que se falar em prova nova. Ademais, disse

Mais

O desembargador José Luiz Almeida teve entendimento semelhante aos dos colegas e também votou pela improcedência da revisão criminal. Depois da leitura dos três votos-vista, os desembargadores Bernardo Rodrigues e Cleonice Freire modificaram seus votos e acompanharam a maioria, pela improcedência.

que a justificação não atendeu a procedimentos necessários e que a declaração da vítima não pode ser analisada isoladamente, mas em conjunto com o material probatório existente no processo.

O desembargador Raimundo Nonato de Souza concordou que o depoimento da vítima não pode ser a única prova a ser analisada e disse que revisão criminal não é uma segunda apelação, não sendo possível se re-discutir matéria já adequadamente examinada nos dois graus de jurisdição.

Rápidas

Juizado I

Em até três semanas, a sede do Juizado Especial de Trânsito deverá ser deslocada para o prédio do Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão (Detran), com cinco salas para atendimento e audiências. O novo prédio garante mais conforto para a população. Por cerca de dois anos, enquanto durou a reforma do prédio, o juizado funcionou no prédio da Unidade Administrativa V, do Tribunal de Justiça, na Alemanha.

Juizado II

As obras no prédio estão em fase de conclusão, com alguns serviços como montagem de móveis e instalação do sistema de computadores. O horário de atendimento permanecerá das 8h às 18h. Para o juiz titular do Juizado Especial de Trânsito, José Eulálio Figueiredo de Almeida, a mudança deve dinamizar o atendimento à população. A população pode contar ainda com o apoio de duas unidades móveis informatizadas.

Vara de Execuções Penais de Imperatriz julgará mais de 50 processos até maio

Entre as ações que serão apreciadas a partir de hoje pelo Tribunal do Júri Popular está o caso do assassinato do então prefeito de Imperatriz, Renato Moreira, morto em 1993

IMPERATRIZ - A juíza Samira Barros Heluy, titular da Vara de Execuções Penais de Imperatriz, agendou três reuniões ordinárias e um mutirão do Tribunal do Júri Popular, totalizando 52 julgamentos. As reuniões ordinárias acontecerão durante os meses de fevereiro, com o primeiro julgamento ocorrendo hoje, março e abril. Já em maio, acontece o 1º Mutirão do Tribunal do Júri Popular.

Durante as sessões ordinárias, serão realizados 27 julgamentos nas cidades de Imperatriz e Davinópolis. Destaque para os julgamentos dos dias 6 e 13 de março, que envolvem alguns acusados da morte do ex-prefeito de Imperatriz, Renato Moreira, assassinado em 1993.

Já a pauta do 1º Mutirão do Tribunal do Júri Popular da Comarca de Imperatriz prevê a realização de 25 sessões de julgamento, no período de 21 a 25 de maio.

Para este mutirão, a juíza solicitou junto à Corregedoria Geral da Justiça a designação de dois servidores para auxiliar nos trabalhos no período de 30 de abril e 4 de maio, na realização dos atos preparatórios do mencionado mutirão, bem como no período de 11 a 15 de junho, para a realização dos atos posteriores ao trânsito em julgado das decisões proferidas no mutirão, a fim de que as atividades da secretaria, no tocante à execução



Fórum de Imperatriz onde será realizada parte dos julgamentos das sessões ordinárias e do mutirão

penal, não sofram prejuízo.

Sessões - Durante a semana do mutirão, serão realizadas cinco sessões diárias. Por isso, a juíza solicitou também a designação de alguns juízes para auxiliá-la. Entre os quais Ernesto Guimarães (3ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz), Delvan Tavares do Nascimento (Vara da Infância e Juventude da Comarca de Imperatriz), Flávio Roberto Ribeiro Soares (1ª Vara da Comarca de

João Lisboa) e Marcelo Testa (Vara única da Comarca Senador La Rocque), que já manifestaram interesse em participar do evento.

Também foram solicitados quatro oficiais de Justiça para atuar nos locais de julgamento. No que diz respeito aos locais de realização das sessões, o Poder Judiciário contará com o apoio da Facimp (Faculdade de Imperatriz) e Fest (Faculdade de Educação Santa Terezinha), que já disponibilizaram amplas salas.

Mais

Há atualmente na Secretaria da Vara das Execuções Penais da Comarca de Imperatriz 67 processos de competência do Tribunal do Júri Popular esperando serem julgados no primeiro semestre deste ano. Ficarão apenas sete processos restantes para o 2º semestre.

Sejap pede medidas ao Judiciário para diminuir lotação nos presídios

Maioria da população carcerária é de presos provisórios que já poderiam estar livres

Objetivando diminuir a superlotação nos presídios, a Secretária da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap) pede medidas urgentes por parte do Judiciário para minimizar o problema. Hoje, 62% da população carcerária é de presos provisórios.

Os dados que correspondem à realidade da superlotação nas unidades prisionais chegam a ser surpreendentes. Conforme informações do diretor do Centro de Detenção Provisória (CDP - Pedrinhas), Ideraldo Gomes, a unidade tem capacidade para 402 internos. Entretanto, 685 é o número de presos hoje na unidade. "Não temos mais onde colocar os presos que chegam. Essa é a realidade do sistema prisional", disse ele.

Para Ideraldo Gomes, a melhor solução seria medidas alternativas para os presos provisórios. De acordo com ele, dentro do sistema existem centenas de internos que já deveriam ter saído. "A maioria são provisórios e não deveriam nem mais estar presos. Precisamos trabalhar para que eles sejam submetidos a penas alternativas", declarou.

O problema não afeta somente o CDP de Pedrinhas. Conforme o diretor do Centro de Custódia Preso de Justiça (CCPJ - Pedrinhas), Auro Arteiro Azevedo, a situação da unidade não é muito diferente. Auro Arteiro contou que a capacidade da unidade carcerária é de 160 presos, mas abriga 308 internos.

No Centro de Triagem, prédio anexo ao Centro de Detenção Provisória de Pedrinhas, a situação é ainda mais crítica. Segundo o diretor, Raimundo Fonseca, hoje o local abriga um pouco mais que o dobro da capacidade permitida na unidade.

✓ CONCURSO PARA O TRIBUNAL DE JUSTIÇA

As inscrições para o concurso público do Tribunal de Justiça já podem ser feitas no site do Cespe/Unb. Estão disponíveis 28 vagas nos cargos de analista judiciário e técnico judiciário, com salários iniciais de R\$ 6.611,39 e R\$ 4.052,96, respectivamente. A intenção também é formar cadastro de reserva. Para os cargos de nível superior, são 25 vagas nas áreas de direito, biblioteconomia, medicina e psicologia. Já para o cargo de técnico, são três vagas para as áreas de telecomunicações e eletricidade, que exigem certificado de conclusão de curso de nível médio técnico em eletroeletrônica, eletrotécnica ou telecomunicações, além de registro no Crea.

■ **Gervásio Santos Jr**

Acabei de homologar um acordo em audiência que nem o mais otimista imaginaria que fosse possível.
Bom prenúncio para a semana.

@gervasiojr

Froz na UTI

Até ontem à noite, o desembargador Froz Sobrinho deixou a UTI do Hospital São Lucas, no Rio de Janeiro. Ele foi passar o carnaval e pegou malária do tipo falciparum, que evoluiu para um quadro de pneumonia. Passou uma semana de internação, mas o magistrado apresenta melhora, segundo o tio dele, também desembargador, Raimundo Cutrim.

Caso de estudante morto por PM no Maiobão tem primeira audiência

Aconteceu na manhã de ontem (27), no Fórum Tácito Caldas, em Paço do Lumiar, a primeira audiência referente ao assassinato do estudante Tércio Kaique Pereira Pires, de 18 anos, que morreu em 9 de dezembro de 2010, depois de ser baleado dias antes pelo policial militar Sandro Morett Furtado de Oliveira. Foram ouvidos ontem o PM e dois amigos de Tércio.

ÚLTIMA PÁGINA



ALESSANDRO SILVA

O pai da vítima (det.), Ivaldo Magno, esteve presente no Fórum

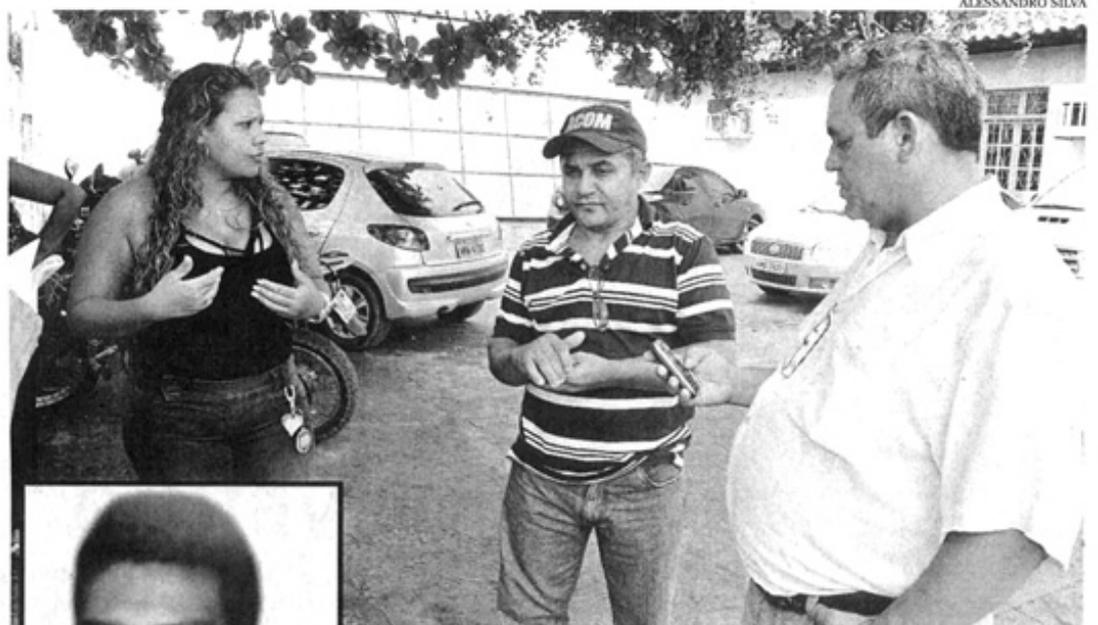
Caso de estudante morto por PM no Maiobão tem primeira audiência

POR JULLY CAMILO

Aconteceu na manhã de ontem (27), no Fórum Tácito Caldas, em Paço do Lumiar, a primeira audiência referente ao assassinato do estudante Tárccio Kaique Pereira Pires, de 18 anos, que morreu em 9 de dezembro de 2010, depois de ser baleado dias antes (27 de novembro) pelo policial militar Sandro Morett Furtado de Oliveira, lotado no 9º Batalhão da Polícia Militar. Foram ouvidos ontem o PM – que continua trabalhando normalmente no 9º BPM – e dois amigos de Tárccio – Edson e Amanda –, que estavam com ele na noite do crime. Familiares e amigos do estudante, e advogados das partes compareceram à audiência, conduzida pela juíza da 2ª Vara de Paço do Lumiar, Vanessa Clementino, que não permitiu a presença da imprensa durante o procedimento. O acusado chegou acompanhado por vários homens, que, segundo parentes da vítima, eram policiais militares. Os “seguranças” de Sandro Morett não deixaram ninguém se aproximar dele nem fazer fotos. Um dos colegas do estudante, de nome Geovane – que também deveria depor ontem – não compareceu. Uma nova audiência sobre o caso foi marcada para o dia 3 de abril próximo.

Segundo o pai do estudante, o vendedor Ivaldo Magno Pires, de 46 anos, o assassinato aconteceu no Viva do Conjunto do Maiobão. Ele disse que o PM Sandro teria passado com o carro – um Fiesta de cor preta e placa JHC-0403 –, por cima do pé de Tárccio Kaique, além de tê-lo atingindo também com o retrovisor.

“Meu filho nunca foi de confusão, mas ficou revoltado com a atitude do policial, que estava à paisana e não parou nem mesmo para saber se o Tárccio havia se machucado. O meu filho esbra-



Familiares e amigos do estudante (det.) compareceram à audiência no Fórum de Paço do Lumiar

veju e eles se desentenderam. Foi então que o policial retornou ao seu veículo, pegou sua arma e deflagrou três tiros contra o Tárccio. Dois deles falharam e apenas um o atingiu no tronco, de lado. A bala perfurou o intestino, o que fez com que meu filho ficasse 12 dias na UTI do Socorrão 2, mas ele não resistiu”.

A irmã da vítima e também vendedora, Talita Pereira Pires, 24, contou que o processo investigatório foi lento e cheio de falhas, uma vez que a família nunca tinha informações sobre o andamento do processo. Ela ressaltou que a família, e não a

polícia, foi responsável pela identificação do acusado e do carro que ele utilizava no momento do crime.

“No dia do assassinato, o PM estava na companhia do cunhado – Paulo Salomão, que estudou comigo. Ambos residiam aqui em Paço. Depois, fomos atrás da placa do carro e descobrimos que ele pertencia à professora Eliane Bernadete Tonello, de Brasília, que teve o veículo roubado no estacionamento de uma faculdade particular da capital, em meados de junho do ano passado. O assassino disse ao delegado Arlindo Assunção, responsável pelo inquérito, que comprou o carro de outro PM, e que não sabia da procedência dele”, disse Talita.

De acordo com Ivaldo Pires, o acusado nunca foi afastado de suas funções no 9º BPM. Ivaldo disse que o Comando Geral da PM só soube do ocorrido um

mês depois do fato, por meio da família da vítima.

“Paralelamente ao inquérito policial, foi aberta uma sindicância interna na PM, sendo que o resultado final ainda não foi proferido. Porém, o Sandro é réu confesso, uma vez que se apresentou na delegacia, confirmando que foi o autor do crime, e entregando a arma utilizada, bem como as chaves do carro. Porém, somente depois de um ano da morte do Tárccio Kaique, é que o acusado foi notificado. Queremos que o culpado seja punido criminalmente e expulso da corporação. O verdadeiro policial tem o dever de proteger cidadão e não matá-lo ou humilhá-lo. Antes de atirar, ele chamou meu filho de moleque e traficante”, afirmou o vendedor.

O policial Sandro Morett Furtado de Oliveira não quis se pronunciar à reportagem do JP.

*CNJ aprecia nesta
terça-feira PPP para
obras no Judiciário*
PÁGINA 3

CNJ aprecia nesta terça-feira PPP para obras no Judiciário

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprecia nesta terça-feira (28) a Parceria Público-Privada (PPP) no Judiciário nacional, a partir de proposta apresentada pelo desembargador Antonio Guerreiro Júnior quando corregedor-geral da Justiça do Maranhão.

O atual presidente do TJMA aproveitou o carnaval para intensificar contatos com presidentes de tribunais de justiça de cinco estados se conquistar novas adesões ao projeto. Antecipa, entretanto, que irá acompanhara votação em São Luís.

"Já fiz o que era possível. Estou confiante na aprovação da PPP, e no bom senso dos conselheiros do CNJ em permitir iniciativa que significa a única solução possível à independência financeira do Judiciário nacional", disse nesta sexta-feira (24) Guerreiro Júnior, de São Paulo, por telefone. As conversas em torno da PPP avançaram pela madrugada com a mobilização de especialistas e do advogado Joaquim Pontes de Cerqueira César. Na última semana, o presidente do TJMA manteve contatos em Curitiba, Florianópolis, Cuiabá e Campo Grande.

Ao lado de Guerreiro Júnior, o presidente do TJSP, desembargador Ivan Sartori, lideram o bloco de maiores apoiadores da PPP no Judiciário. "Sou totalmente favorável à PPP, e a vejo como única saída para quitar débitos do tribunal paulista", disse Sartori em Teresina (PI), em janeiro, durante reunião do Colégio Permanente de Presidentes de TJ.

No início de fevereiro, em São Paulo, o tema aproximou Ivan Sartori, o vice-governador Guilherme Afif e o consultor Saulo Rodrigues, também com ênfase na Parceria Público-Privada no Executivo paulista. O presidente do TJMA entende que a aliança do Judiciário e Executivo paulista fortalece a luta pela PPP.

Segundo o presidente do TJMA, o Maranhão mudou, cresceu e o Judiciário tem de acompanhar esse crescimento. "Nosso orçamento, em torno de R\$ 700 milhões, é insuficiente para manter as comarcas. Sem o apoio privado temos de regrar (a aplicação dos recursos) e não temos como desenvolver as obras necessárias", justifica.

Vara de Execuções Criminais de Imperatriz agenda 52 julgamentos

A juíza Samira Barros Heluy, titular da Vara de Execuções Penais de Imperatriz, agendou três reuniões ordinárias do Tribunal do Júri Popular e um mutirão do Tribunal do Júri, totalizando 52 julgamentos. As reuniões ordinárias acontecerão durante os meses de fevereiro, com o primeiro julgamento ocorrendo hoje (28), março e abril. Já em maio, ocorre o 1º Mutirão do Tribunal do Júri popular.

Durante as sessões ordinárias, serão realizados 27 julga-

mentos, nas cidades de Imperatriz e Davinópolis. Destaque para os julgamentos dos dias 6 e 13 de março, que envolvem alguns acusados da morte de Renato Moreira, assassinado em 1993, quando era prefeito de Imperatriz.

Já a pauta do 1º Mutirão do Tribunal do Júri Popular da Comarca de Imperatriz prevê a realização de 25 sessões de julgamento, no período de 21 a 25 de maio.

Para este mutirão, a juíza

solicitou junto à Corregedoria Geral da Justiça a designação de dois servidores para auxiliar nos trabalhos no período de 30 de abril e 4 de maio, na realização dos atos preparatórios do mencionado mutirão, bem como no período de 11 a 15 de junho, para a realização dos atos posteriores ao trânsito em julgado das decisões proferidas no mutirão, a fim de que as atividades da secretaria, no tocante à execução penal, não sofram prejuízo.